

O PAPEL DO PSICOPEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

GEMAUQUE, Nubia Maria Pinto

RICETTI, Rogeria Maria

RESUMO

A inclusão escolar trouxe novos desafios ao campo da educação, por isso deve ter um novo olhar, novas práticas e novos objetivos de ensino. Vale destacar que, com a promoção da inclusão, surgiu a psicopedagogia para preencher a lacuna entre o atendimento clínico / psicológico do sujeito com deficiência e a educação do aluno com deficiência. Daí a necessidade de um campo de pesquisa que compreenda a temática dos educandos, o que amplie o campo de atuação do psicopedagogo. Como objetivo geral, portanto, esta pesquisa prioriza a relação entre psicólogos e educadores, como orientar, apoiar e como amenizar as dificuldades encontradas no processo de formação. Para encontrar respostas a estas questões, será realizada uma pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa.

Palavras Chaves: Psicoeducador; Inclusão; Educação Inclusiva.

1. INTRODUÇÃO

A tolerância é um processo que visa trazer pessoas historicamente marginalizadas para a sociedade. Como disse MANTOAN (1997, p.20), desde que essa pessoa atenda às normas e seja anônima, será aceita pela sociedade. Porém, desde que cometa qualquer ato ilícito ou obtenha quaisquer vestígios de anormalidade, ela é o suficiente para ser condenado como uma anormalidade. Partindo da análise histórica e social dos deficientes, este trabalho penetra no ponto de vista clínico patológico (quando os deficientes são tratados como pacientes-Sacks, 1998), acompanha as mudanças na própria sociedade, nas quais o "transcendental" adota a este tipo de método de ensino de ortopedia (Skliar-2005) visa "normalizar" esta pesquisa está atualmente refletindo sobre o processo de tolerância educacional com base no método da psicoeducação.

A inclusão escolar trouxe novos desafios ao campo da educação, por isso deve ter um novo olhar, novas práticas e novos objetivos de ensino. Quais são esses desafios? Como enfrentá-los e aprender com eles? Quando Mantoan afirmou que "o pensamento que norteia o sistema (educacional) atual é muito mecânico, distinguindo claramente entre pessoas normais e pessoas com deficiência, educação geral e especial e todas as disciplinas cursadas na escola", é claro que esse fato é transformador o espaço escolar em Um agravante para um ambiente inclusivo. Essa afirmação foi complementada quando Relvas (2009) afirmou que "uma nova postura educativa precisa ser construída para que os alunos possam acordar enquanto estudam na escola" e saibam enfrentar os desafios da vida.

Como todos sabemos hoje, a escola não pode ser um espaço neutro, é um espaço político democrático na vida de todos. Nesse sentido, o pensamento de Freire norteará este trabalho, tentando separar a condição de sujeito oprimido da pessoa com deficiência do sujeito crítico e reflexivo. Do ponto de vista educacional, isso é possível. Porém, não basta aceitar alunos com deficiência na escola, é preciso trabalhar muito para o desenvolvimento de todos os alunos.

Ao se referir às pessoas com deficiência, Vygotsky (1993) enfatizou que “não são apenas os defeitos que determinam o destino da personalidade de uma criança, mas sua satisfação social e psicológica”. Portanto, o trabalho de educação psicológica tem se mostrado de extrema importância, e o espaço social proporcionado pela escola pode ser muito benéfico. Afinal, o potencial não é inato, mas o ambiente social ajudará os indivíduos a encontrar o potencial e a deixá-lo florescer.

Vale destacar que, com a promoção da inclusão, surgiu a psicopedagogia para preencher a lacuna entre o atendimento clínico / psicológico do sujeito com deficiência e a educação do aluno com deficiência. Daí a necessidade de um campo de pesquisa que compreenda a temática dos educandos, o que amplie o campo de atuação do psicoeducador, não só trabalhando com pessoas com deficiência, mas também prevenindo possíveis dificuldades e orientando, apoiando e formulando o desenvolvimento global, de estratégias de assuntos de aprendizagem.

Nesse sentido, Weiss destacou que “a psicopedagogia visa melhorar a relação entre os alunos e a aprendizagem”. Partindo do entendimento dessa premissa, por se tratar de um dos temas mais discutidos na atualidade, acredito que a atuação do psicopedagogo nas instituições escolares pode promover esse processo inclusivo e auxiliar todos os alunos em sua aprendizagem e demais aspectos relacionados. É necessário “salvar as atividades educativas que enriquecem o coração dos alunos na escola desde tenra idade” (Malheiro, 2010).

Esse tipo de prática educacional pode ser orientado por pressupostos pedagógicos e ideais da psicopedagogia. Portanto, os profissionais da psicopedagogia precisam compreender e perceber a importância de seu trabalho como facilitadores nas escolas. Portanto, esta pesquisa prioriza a relação entre psicólogos e educadores, como orientar e apoiar e como amenizar as dificuldades encontradas no processo de formação. Faça algumas perguntas, como: O que é educação inclusiva e como a fazemos? Qual é o papel dos psicoeducadores nas escolas inclusivas? Como os psicólogos educacionais podem promover a integração de crianças com deficiência? Que tipo de mediação de ensino psicológico é necessária para mitigar e / ou superar mudanças no processo de aprendizagem e como desenvolver habilidades?

Para encontrar respostas a estas questões, será realizada uma pesquisa bibliográfica com base nas ideias dos seguintes autores: Fernandez, Freire, Mantoan, Paín, Porto, Ramos, Relvas, Sacks, Sasaki, Vygotsky, Weiss, etc.

Por meio de pesquisas em livros relacionados e artigos atuais, este trabalho tem como objetivo analisar possíveis práticas de ensino de psicologia que penetram e promovem o processo de inclusão educacional no Brasil, e nos orientam a partir de uma conclusão a partir de ideias do autor que consideraram o tema e podem ajudar.

Para a elaboração deste trabalho, os métodos realizados são a pesquisa bibliográfica e a bibliografia online, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre o tema selecionado. Os trabalhos, revistas, citações e artigos de diversos autores orientaram o desenvolvimento deste artigo.

Durante a formulação desta pesquisa, a participação em palestras, cursos e seminários relacionados a temas relacionados foi um importante subsídio para a construção deste trabalho.

2. A PSICOPEDAGOGIA

O próprio termo psicopedagogia nos faz pensar na "fusão" entre pedagogia e psicologia. Em suma, a pedagogia enfoca as questões relacionadas à metodologia de ensino e aprendizagem do aluno e a amplitude das questões educacionais. A psicologia se concentra na análise do assunto, mas se concentra no comportamento humano e seus processos psicológicos.

Portanto, a distância entre tornar-se aluno e tornar-se disciplina depende da psicopedagogia. A psicopedagogia nasceu da fronteira entre pedagogia e psicologia.

“O termo psicopedagogia tem três conotações: como prática, como campo de investigação do comportamento de aprendizagem e como (objetivo) conhecimento científico”. (BOSA, 2000).

Segundo a Associação Brasileira de Educação Psicológica, “a educação psicológica é um campo de ação no campo da saúde e da educação, envolvendo o processo de aprendizagem humana: padrões normais e patológicos que consideram as influências ambientais - casa, escola e sociedade - em seu desenvolvimento, usar estudo de educação psicológica processual”. Este é gerado a partir das fronteiras existentes entre a psicologia e a pedagogia, apoiadas em um tripé: psicologia social, psicanálise e psicologia genética.

Porto (2011) destacou que “os conhecimentos específicos da psicologia e da pedagogia não bastam para formar um sistema teórico da psicopedagogia, pelo que se volta para outros campos, como a linguística, a psicanálise, a filosofia e a neurologia”.

Na visão de Jorge Viska, a psicopedagogia tem características autônomas e complementares, toma o processo de aprendizagem como objeto de pesquisa, utiliza recursos próprios para diagnóstico, correção e prevenção e acredita que há participação biológica nesse processo. Aspectos das tendências emocionais e intelectuais relacionadas ao desenvolvimento do sujeito interferente, ao relacionamento com os outros, ao meio ambiente e ao desejo de aprender. O desenvolvimento da aprendizagem será influenciado pelas relações sociais e familiares, pelas condições orgânicas e culturais e pelo estímulo e experiência de cada disciplina. Para Rubinstein (1996), “a psicopedagogia visa compreender a complexidade dos diversos fatores envolvidos neste processo (de aprendizagem)”.

Portanto, quem atua no Psicopedagogo, em sua formação, tem o conhecimento e a capacidade de analisar como ocorre o processo de aprendizagem de uma determinada disciplina e se há coisas que podem afetar esse caminho.

Porto (2011) destacou, “enquanto profissional multidisciplinar na área da aprendizagem humana, o psicoeducador agrega saberes de diversas áreas para intervir neste processo, podendo através da sua intervenção psicoeducativa realizar a prevenção ou o tratamento”.

Na escola, o psicoeducador vai adotar essa postura, lembrando que seu foco não são as dificuldades de aprendizagem, mas sim todo o processo de aprendizagem, portanto, se houver obstáculos, ele saberá se identificar e intervir, como disse Bossa (1994): “O psicopedagogo vai perceber as possíveis perturbações no processo de aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, apoiar a integração e realizar o processo de orientação de acordo com as características e especificidade do indivíduo do grupo para promover orientações metodológicas”.

Na contemporaneidade, a Psicopedagogia e o Psicopedagogo são conhecidos pela esfera científica e pela sociedade em geral, enquanto familiarizados com os papéis desempenhados em tal esfera no âmbito educacional. A formação da identidade do psicopedagogo traz um dinamismo no que se refere à sua construção, a qual consiste em um agrupamento de características particulares de cada indivíduo, como costumes, crenças, comportamentos, entendimento acerca de determinados assuntos, etc. Todos esses contextos implicam a criação de diversas metodologias psicopedagógicas que buscam estudar e aperfeiçoar as técnicas de aprendizagem dentro das salas de aula (Rubinstein, 2017).

Para a Psicopedagogia, são considerados essenciais o conhecimento, o estudo e o entendimento das formas como funcionam as mentes humanas e como se desenvolvem a partir de determinadas situações, a fim de que o profissional possa tornar-se apto a compreender as peculiaridades psicológicas, biológicas e comportamentais das pessoas. Nesse sentido, o entendimento dessas complexidades por meio de estudos e pesquisas científicas e

atividades práticas tonam possível a identificação de diversos problemas de aprendizagem, fato condicionante para a elaboração de propostas pedagógicas que possam auxiliar nas dificuldades dos estudantes.

O desempenho dos jovens nas questões que versam sobre a psicologia e o meio social encontram diversas indisposições em razão de questionamentos ou conceitos e concepções que ainda não estão completamente definidos, uma vez que a sua personalidade ainda se encontra em processo de formação. Caso as pessoas tivessem a sua maturidade definida por meio de algum tipo de competência, seria mais fácil determinar o que é um adulto, ou um adolescente, ou quando cada um está em cada fase de sua vida. Todavia, ninguém é capaz de definir exatamente o que torna o indivíduo um adulto, ou um adolescente, haja vista que se descartam as questões de maturação física (CALLIGARIS, 2000).

O esgotamento das análises que versam sobre o psicossocial dos jovens e dos adultos faz-se extremamente difícil devido à complexidade que cada um traz sobre as suas peculiaridades. O estágio da adolescência é saturado de conflitos e questionamentos, sendo possível distinguir apenas um padrão que define grande parte dos indivíduos: a busca por realizações pessoais que trazem uma certa satisfação em relação a si mesmos (CALLIGARIS, 2000).

O profissional da Psicopedagogia atua como responsável por identificar e especificar as dificuldades que impedem o estudante de aprender ou de realizar determinadas atividades, uma vez que será elaborada uma metodologia pedagógica que possa viabilizar o desenvolvimento do aluno que enfrenta impedimentos no que se refere ao ensino e à aprendizagem. Nesse sentido, também cabe ao pedagogo a determinação e a aplicação de técnicas e estratégias em outras esferas, como há estudantes que não conseguem alcançar um rendimento satisfatório em aspectos como falar em público, atividades em grupo, desenvolvimento da escrita, conflitos comportamentais, etc. Ademais, a psicopedagogia busca promover um diálogo que possibilite o entendimento e a cooperação entre escola e família, haja vista que a participação conjunta de ambos no processo de assistência ao aluno constitui elemento fundamental a sua progressão escolar (Pontes, 2010).

O aprendizado é efetivamente solidificado quando o estudante conseguir absorver o conteúdo ministrado pelo professor, seja em forma de conhecimentos práticos ou teóricos, entretanto, existem alunos que não conseguem alcançar resultados ou assimilar as tarefas que estão sendo ensinadas. Nesse âmbito, a psicologia e pedagogia formam uma concepção de ideia que buscam identificar e resolver os empecilhos que obstem tais alunos de desempenhar as atividades escolares de forma natural e progressiva. Nesse sentido, a Psicopedagogia foi instituída com escopo de manifestar as causas e desenvolvimentos dessas complicações, além de instituir e aperfeiçoar estratégias que possam desenhar um tratamento adequado para tais

complexidades (CHIARELLO, 2014).

Ao localizar as dificuldades que causam a insuficiência de aprendizagem, os estudantes que lidam com a escrita desestruturada, complicações em concluir e iniciar atividades, incompreensão no entendimento textual, desordem quando precisam identificar os símbolos matemáticos e desempenhos literários com contraposições numéricas devem ser encaminhados aos docentes capacitados a auxiliar a resolução dos problemas de aprendizagem.

[...] os transtornos de aprendizagem podem ser identificados na produção de textos curtos e menos envolventes, como também “com texto mal organizado nos níveis das sentenças e dos parágrafos, e são menos prováveis de revisar a ortografia, a pontuação, a gramática ou o corpo do texto para aumentar a clareza”. Assim, o diagnóstico acontecerá pelo profissional qualificado, que, juntamente com o psicopedagogo, a família e toda a equipe pedagógica, poderá promover criar técnicas, projetos multifuncionais e novas metodologias de ensino para melhorar o desempenho das crianças prejudicadas pelo déficit de ensino (Pontes, 2010).

Ademais, faz-se necessário ressaltar que os fundamentos das atividades psicopedagógicas não são formados apenas pelo conhecimento teórico sobre psicologia da aprendizagem, psicologia genética, teorias da aprendizagem, pedagogia, teorias da personalidade e outras áreas semelhantes, mas principalmente pela habilidade de relacionar esses conhecimentos na prática e na análise científica dos processos de aprendizagem. (OLIVEIRA, 2014).

Desse modo, é necessário contar com um atendimento diferenciado em sala de aula para reconhecer as necessidades dos alunos com distúrbios de aprendizagem, haja vista que essa atuação exige do pedagogo um caráter de mediador, pesquisador e agente de igualdade na sala de aula. Muitos estudos nos campos da psicopedagogia têm como objetivo identificar os transtornos gerais de aprendizagem apresentados por um aluno com essas dificuldades, processo acompanhado de intervenção psicopedagógica para superar esses empecilhos, além de analisar e realizar experiências e atividades que estimulem e fomentem os alunos especiais, e seus sinais e características. Desse modo, a ciência em questão busca como ajudar os alunos com desenvolvimento prejudicado, uma vez que, após longos períodos em que esses alunos eram histórica e culturalmente invisibilizados, finalmente foram discutidas formas de intervenção psicopedagógica para esses estudantes, além do papel escolar e familiar sobre crianças afetadas pelo problema. Em diversos estudos, foi analisado o desempenho que a pedagogia e suas contribuições procedimentais, por meio de intervenções educacionais, podem atenuar os impactos causados por transtornos de aprendizagem, necessidades especiais, conflitos psicossociais e outros diversos aspectos que podem impedir o desempenho escolar do estudante. Nesse sentido, as práticas pedagógicas fundamentadas na psicologia

atuam em vários âmbitos educacionais – na educação inclusiva e especial, no esporte, na área hospitalar, no ensino regular, entre diversas outras-, buscando proporcionar aos estudantes o auxílio necessário à superação das suas dificuldades.

É importante mostrar que a psicopedagogia ao longo de sua história, vem buscando a formação de métodos e técnicas próprias, organizando ferramentas capazes de dar conta de suas investigações, mas mostrando um novo olhar para rumos já percorridos. (BOSSA, 2000)

3. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS QUE FACILITAM A INCLUSÃO ESCOLAR

Segundo Malheiro (2010), uma escola ideal é aquela que sabe conjugar duas forças complementares: o temperamento da criança, as características mentais e físicas e o ideal educacional que a família pretende dar à criança. O ensino interessante pode ser combinado com a demanda aqui, e cada vez mais a individualização é buscada no ensino, ou seja, a busca pelo enriquecimento e individualização dos alunos. Vale destacar que as escolas inclusivas abordam esse parâmetro proporcionando encontros com a diversidade, orientando professores e alunos a “abrirem os olhos” para enxergar a diferença.

Com o advento da era da inclusão, de acordo com as necessidades educacionais dos alunos, é necessária uma "visão" mais apurada, porque agora as escolas não são apenas para pessoas que atendem a determinados padrões, mas as escolas precisam ser para todos, crianças com e sem deficiência, possui dificuldades ou facilidades, possui capacidade cognitiva baixa, média ou superior. Assim, os educadores psicológicos institucionais atuarão nas escolas, prestarão auxílio e orientação aos professores, prevenirão dificuldades de aprendizagem e realizarão trabalhos de educação psicológica educacional (não clínica) com os alunos, contribuindo para a melhoria das condições de aprendizagem no processo de ensino.

Nesse caso, o psicólogo educacional pode ajudar, fornecendo uma perspectiva mais cuidadosa e sensível da personalidade, tornando mais fácil para o professor perceber que uma criança encontra certa dificuldade, mesmo que o educador não saiba exatamente do que se trata. Portanto, ao ingressar na escola a função de Psicopedagogo atua também com os alunos.

Cabe ao psicólogo educacional avaliar quais fatores "facilitam" a formação dessa dificuldade. As opções incluem:

Relacionado à escola: métodos de ensino e aprendizagem inadequados; planejamento ineficaz; profissionais não qualificados; há muitos alunos na classe; atividades que não são adequadas para essa faixa etária etc.

Relacionados ao desenvolvimento do assunto: problemas emocionais e familiares, problemas orgânicos, dificuldades de aprendizagem e distúrbios comportamentais.

Porém, não se trata de saber se a "culpa" é do aluno ou da escola. O importante é

determinar o que é propício ao surgimento de dificuldades para que você possa trabalhar com objetividade. Inicialmente, o psicoeducacionalista deve realizar uma avaliação simples, deve compreender o aluno, observar sua relação com a aprendizagem, identificar as dificuldades e buscar formas de amenizá-las e ajudá-lo a superá-las.

Se necessário, os aprendizes devem encaminhar o laudo para psicólogos clínicos, educadores, professores particulares ou profissionais de outras áreas (psicologia, psicoatividade, médicos especialistas) e cooperar com esses profissionais. A realização de um tratamento e diagnóstico profissional mais abrangente visa capacitar esta pessoa em desenvolvimento.

No que se refere à prática escolar, é importante lembrar que é importante delinear o nível de ensino dos alunos de forma global e as particularidades de diferentes áreas, como leitura, escrita e cálculo (Weiss-2008).

“Os problemas levantados pela prática do ensino psicológico ainda são pouco discutidos, difíceis de manejar e conflitantes, pois seus pacientes, que nem sempre propõem um marco de compromisso que vai além do campo específico de atuação dos diferentes profissionais, envolvendo a cognição e as dificuldades emocionais”.
(BARONE apud BOSSA, 2000)

O incentivo à prática pedagógica psicológica ainda é tabu, pois ainda hoje persiste a ideia de que alunos em dificuldade precisam de acompanhamento clínico para "normalizar" os "erros", e a escola não fará uma revisão do que faz pelos alunos. Portanto, mais uma vez, o psicopedagogo deve esclarecer e apontar as áreas que precisam ser alteradas e onde é necessária mais intervenção no estabelecimento de parcerias com profissionais ligados aos alunos, incluindo professores, ao invés de "interferência".

Porém, às vezes não há necessidade de encaminhamentos, apenas para mudar a forma de ensino, mudar a estratégia, planejar as atividades de acordo com objetivos específicos, objetivos pessoais, orientar os professores e pais dos alunos.

Se a “psicopedagogia busca melhorar a relação com a aprendizagem, bem como melhorar a qualidade da construção da aprendizagem para alunos e educadores” (Weiss-1991), então ela não prefere apenas aquelas disciplinas que já apresentam dificuldades, obstáculos e obstáculos, esses assuntos afetarão a aprendizagem. Aprenda, mas também ajudarão a prevenir e agir antes que surjam dificuldades ou antes que a escola se deteriore.

A função do psicopedagogo dentro dos espaços escolares é trabalhar na prevenção das dificuldades de aprendizagem. Nesse sentido, o profissional da psicopedagogia deve realizar algumas técnicas como investigar a formação dos professores; o currículo que está sendo trabalhado ao longo do período escolar e se esse processo de formação de docentes é suficiente para torná-los capacitados para atender às necessidades dos estudantes. O psicopedagogo poderá interferir nos processos de formação dos professores, supervisores ou

orientadores pedagógicos.

Por outro lado, há alguns cuidados que o profissional dessa área deve tomar. O psicopedagogo deve verificar cuidadosamente a forma como vai analisar as maneiras de pensar dos alunos, pois o seu trabalho não é rotular determinados comportamentos ou pensamentos de certo ou de errado, mas demonstrar outras perspectivas de pensamentos aos estudantes, podem leva-los a adotar posturas mais produtivas e de maneira consciente. Nesse contexto, o psicopedagogo deverá ouvir com atenção as linhas de raciocínio dos estudantes para entender os motivos pelos quais eles agem de determinadas formas e quais são as dificuldades enfrentadas por eles no que se refere à aprendizagem, ao relacionamento com seus professores e com os demais colegas, com a escola, com as disciplinas e atividades aplicadas, etc.

Quando um aluno declara que não gosta de tal professor é uma maneira do psicopedagogo, através dessa fala, deflagrar um problema de aprendizagem. Porque se o aluno não gosta do professor, provavelmente, não se apropriará da matéria. No caso de um professor cativante, sensível, acolhedor, motivador poderá levá-lo a entender a matéria. Mas, se o professor tem uma característica antipática ou de indiferença, o aluno não será motivado de forma alguma, devido a essa postura inadequada de quem se diz educador (PONTES, 2010).

Pontes também pontua que a escola tem a função de rever as suas metodologias de ensino antes de julgar que o aluno com dificuldades de aprendizagem é problemático ou que precisa de algum tipo de atendimento clínico. Nesse sentido, a escola deve buscar aprimorar as técnicas de ensino e aprendizagem de acordo com as necessidades dos estudantes, ao invés de tentar adaptar os alunos aos meios de ensino que já demonstraram ser ineficazes. Assim, deve-se adotar práticas que promovam a avaliação dos processos pedagógicos para a menção da sua eficácia, assim como o acompanhamento, redefinições – quando necessárias –, valorização de novos conhecimentos, sem que os docentes fiquem presos somente aos métodos tradicionais, definir objetivos, reconstruir procedimentos, papéis, formas de se relacionar com os alunos e de ministrar as atividades, e quaisquer outras mudanças que se mostrem necessárias para que tanto os alunos quanto os professores possam se manter em constante processo de evolução e aprendizagem dentro dos espaços escolares.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DIRECIONADA AOS ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Ao analisar o contexto histórico da educação direcionada aos alunos com necessidades especiais, é possível observar que a inclusão de políticas abrangentes com relação à sua adequação ao ambiente escolar e acadêmico tem sido alvo de diversas análises e debates sobre como atuar para promover, de forma cada vez mais eficiente e humanizada, a inclusão dos estudantes especiais nas atividades educacionais. Entre os escopos que deram início à instituição dessas previsões, destacam-se o de viabilizar a acessibilidade dos alunos portadores de necessidades especiais aos locais e aos procedimentos de ensino, tornar possível o aprendizado de maneira humanizada, satisfatória, equitativa e eficaz - priorizando o respeito às peculiaridades de cada estudante individualmente - adotar mecanismos que fomentem a inclusão social e a convivência nas salas de aula, combater toda e qualquer forma de preconceito ou de exclusão e qualificar adequadamente os profissionais da área para que possam ser capazes de atender à demanda dentro dos padrões aceitáveis de direitos humanos e de diversos outros direitos.

A fim de alcançar esses e outros objetivos, inúmeros especialistas têm realizado estudos e pesquisas no decorrer da história e trabalhado em teorias para que os legisladores, docentes e a civilização em geral funcionem em conjunto para tornar o ambiente escolar e acadêmico mais acolhedor para os estudantes especiais. No entanto, somente se faz possível a ampla compreensão do contexto em que esses estudantes estão inseridos quando este é analisado historicamente, o que torna factível o entendimento das determinações constitucionais acerca do tema, dos seus fundamentos e da necessidade de ser aperfeiçoado progressivamente.

O cenário que precedeu a Constituição Federal de 1988, no que diz respeito à educação especial, divergiu completamente do sistema democrático que hoje representa a forma de governo brasileira. À época, as pessoas portadoras de necessidades especiais permaneciam abdicadas de inúmeros direitos e garantias fundamentais que hoje são garantidos pela Carta Magna. Em 1967, enquanto vigorava a primeira Constituição que

sucedeu o Golpe Militar de 1964, foram estabelecidos os Planos Nacionais de Educação, que tiveram a sua execução determinada pela Emenda Constitucional de 1969. Nesse período, foi instituído o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), órgão vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, responsável pela elaboração e fomento às ações educacionais em âmbito especial no Brasil. Entretanto, a criação da Organização não foi impulsionada pelo estímulo de proporcionar a assistência adequada aos deficientes, mas pela adoção de estratégias com viés mercadológico baseadas na teoria do capital humano, desenvolvidas pelo Regime Militar.

[...] um retardado e internado entre as idades de 10 e 60 anos, nos Estados Unidos, para ser cuidado, custa ao Estado US\$ 5.000 ao ano, ou um total de US\$250.000 durante toda a sua vida. O mesmo indivíduo recebendo educação e tratamento adequados pode tornar uma pessoa útil e contribuir para a sociedade. Assim, o custo extra que representam os custos extras com educação especial pode ser compensador quanto a benefícios econômicos maiores. Há um estudo segundo o qual um adulto retardado e educado poderia ganhar US\$ 40 para cada dólar extra despendido com sua educação (Gallagher, 1974, pág.100).

Somente com a chegada da Constituição Federal de 1988, o acesso a educação tornou-se um direito social universal e passou a ser reconhecida como política pública nacional, o que implicou diversas mudanças nos sistemas de ensino.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988).

A resolução CNE/CEB nº 2, de 11 setembro de 2001, institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Entre as previsões estão especificadas a garantia e a obrigatoriedade da matrícula das pessoas com deficiência a cargo das instituições de ensino, assim como a organização para o atendimento personalizado a todos os alunos especiais de acordo com as suas necessidades. Também expressa a elaboração de planos e políticas pedagógicas, capacitadas por intermédio de recursos humanos, materiais e financeiros, que possam tutorar a demanda de alunos que precisam de tais proteções (BRASIL, 2001).

Assim, começaram a ser elaboradas diversas legislações que previam assegurar uma melhor qualidade de ensino aos os alunos especiais, todavia, a prática da inclusão, da psicologia escolar e da psicopedagogia ainda não eram esferas muito conhecidas e nem muito aplicadas, na prática, dentro das escolas.

A modernização do sistema educativo, atual, passa por uma descentralização e por um investimento das escolas como espaços de formação e não de frustração. Um dos primeiros passos do psicopedagogo seria realizar um diagnóstico buscando a história da escola, para entender melhor sobre a rede de movimentos e a identidade dessa instituição. Estabelecendo a partir daí um trabalho de ação preventiva que amenize ou impeça as dificuldades de aprendizagem, articulando uma postura de diálogos e contribuindo para que as mudanças possam acontecer na comunidade escolar (PONTES, 2010).

A Educação Inclusiva, apesar de já estar prevista na legislação brasileira desde a década de 90, na prática ainda funcionava em divergência com o que era previsto nas legislações que tratavam do tema. A inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais deve ser promovida de maneira que eles possam interagir nas atividades em salas de aulas e escolas de ensino regulares juntamente com os alunos que não são portadores de deficiência. Essa prática deve ser consolidada por intermédio de profissionais que são capacitados para ministrar o ensino de forma equitativa, e que consigam prestar a devida assistência para todos alunos de acordo com a condição de cada um. Todavia, àquela época, embora se tratasse de um assunto fundamental, as questões inclusivas dentro das escolas ainda não era um tema que ocupasse muito espaço nas esferas da educação.

Dentro das instituições de ensino, a inclusão social era aplicada de forma residual, com pouco empenho e zelar, de fato, pela interação entre o ensino comum e o especial. Diante de poucas reflexões acerca da questão, não havia muito empenho e realizar estratégias e planejamentos pedagógicos que habilitassem os gestores e docentes especificamente para atender a esses estudantes, além de zelar pela aprendizagem e interação do aluno especial.

Anteriormente conhecida por integração escolar, a educação inclusiva valia-se de práticas bastante segregadoras, com a existência de classes e escolas especiais, baseados em um sistema paralelo de ensino. Sendo assim, existiam duas formas de se ingressar no sistema educacional: para os alunos “ditos “normais”” teríamos o ensino regular, e para os alunos com algum tipo de deficiência teríamos o ensino especial (SASSAKI, 2005).

Diante da inércia dos governantes e dos profissionais da educação em relação à segregação dos alunos portadores de necessidades especiais, alguns grupos formados por pessoas envolvidas com as causas de interesse social, entre professores, pedagogos, psicólogos e militantes, em conjunto com alguns pais de alunos, começam reivindicar o direito de inclusão dentro das salas de aula. Esses grupos, com intuito de dirimir a prática de preconceito contra os estudantes hipossuficientes, requereram o direito do cumprimento das

obrigações do poder público de proporcionar a esses estudantes as condições necessárias para que eles possam integrar o ensino regular:

Movimentos sociais e grupos organizados por pais e pessoas portadoras de deficiências foram os primeiros a discordar dessa metodologia de ensino e a discutir propostas visando a equiparação de oportunidades justificando que a sociedade não poderia exigir aptidão por parte dessas crianças para ingressar no sistema educacional. Pelo contrário, caberia à sociedade fornecer as estruturas necessárias e adequadas para atender às necessidades de cada aluno, independentemente de suas diferenças (SASSAKI, 2005).

Desse modo, depreende-se que a integração do aluno especial era vista como um ônus dele, ao invés de ser atribuída ao Estado a obrigação de possibilitar a esses alunos, por meio da educação inclusiva, a inserção na sociedade e nas escolas de forma igualitária.

Esses costumes eram conhecidos por práticas de mainstreaming, de normalização, de classes especiais e de escolas especiais, e foram duramente criticados pelo movimento inclusivo. Sua principal crítica seria a de que a escola tenderia a ocultar o fracasso desse aluno em seu processo de integração por meio de instrumentos e práticas subjetivas, isolando esses alunos considerados menos “capazes” ou que não constituíssem um desafio à competência e sucesso da instituição (MANTOAN, 1998).

Depois de trazidas novas reflexões acerca da inclusão dos alunos com necessidades especiais, novos entendimentos sobre o papel dos professores e gestores nesse processo começaram a surgir. Nessa fase de evolução, novas ideias foram evidenciadas com relação a novas práticas que poderiam obter resultados mais eficazes na inclusão no aluno especial nas redes de ensino regulares. Nesse sentido, entendeu-se que, para que o poder público pudesse arcar com o ônus de proporcionar a esses alunos as condições de que precisam para o alcance desse objetivo, seria fundamental realizar investimentos em práticas de treinamento e desenvolvimento dos professores, gestores, coordenadores e demais profissionais da área da educação. Essa capacitação consiste na elaboração de projetos direcionados especificamente para esses alunos, que necessitam de assistência personalizada, por intermédio de estratégias pedagógicas elaboradas para esse fim. Desse modo, diversos especialistas lecionam acerca das teorias de como habilitar os professores para tal finalidade:

[...]Devemos sair da visão tradicional, em que o foco de atenção no ensino de crianças com deficiência está ancorado nas limitações, dificuldades e inadequações relativas às crianças, e partimos para ter como foco o meio e as possibilidades garantidas para as crianças, uma vez que as adaptações curriculares são essenciais para que o ambiente escolar promova a participação desse alunado. O foco passa a

ser a aprendizagem, ou seja, o que cada aluno, diante das condições adequadas de ensino que foram oferecidas, conseguiu aprender (Omote, 2008).

Helena Antipoff, nascida em Grodno – Rússia - em 1892 e viveu até o ano de 1908 em São Petersburgo, e até os dias atuais é referência devido à sua atuação na esfera psicopedagógica com relação à educação dos alunos com necessidades especiais. Sua mãe, Sofia Constantinovna, frequentou a escola “Instituto para Moças da Nobreza”, localizada em Lodz, onde obteve sua formação em Pedagogia. No ano de 1916, em que Helena já concluía seu curso no Instituto Jean Jacques Rousseau, ela também trabalhou como assistente de Edouard Claparède, em meados da Primeira Guerra Mundial (entre 1914 e 1918). A famigerada psicóloga é extremamente respeitada nas esferas da psicologia e da educação, em razão das suas realizações sociais que representaram diversas conquistas nas áreas da educação fundamental, especial, rural ou comunitária. As suas ações se transformaram em instituições duradouras, como as Sociedades Pestalozzi - atualmente espalhadas por todo o país, e executam trabalhos no âmbito da educação de pessoas especiais, além de ter realizado criações e planos substanciosos e inovadores para o planejamento de estudos e pesquisas em psicologia experimental e em psicologia da educação no Brasil.

No ano de 1929, Antipoff chegou ao Brasil, convidada pelo governo de Minas Gerais, para fazer parte da realização da reforma de ensino que ficou conhecida como Reforma Francisco Campos Casassanta, que representou uma das mais consideráveis iniciativas do país. Nesse projeto, a psicologia ganhou grande destaque como uma das mais importantes ciências da educação, considerada por Édouard Claparède – para quem Antipoff trabalhava como assistente no Instituto Jean-Jacques - como a origem da fonte de estudos da matéria-prima da educação: o estudante. Claparède também a convidou a fazer parte da implantação do Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento, assim como para dar início às pesquisas acerca da psicologia da educação na esfera da Reforma.

No ano de 1916, Antipoff retornou à Rússia, que havia sido invadida pelo exército alemão. Procurando por seu pai, que fora atingido durante os conflitos decorrentes da Primeira Grande Guerra, ela então presenciou o surgimento da Revolução de Outubro de 1917, na medida em que trabalhou nas estações médico-pedagógicas em Viatka e em São Petersburgo entre 1919 e 1924, onde atuava como psicóloga-observadora. Em narrativas publicadas na época, expressou-se acerca dessa "época extraordinária da guerra, da revolução, da fome e do terror" (Antipoff, 1992a, p. 9).

Devido às suas vivências, Helena Antipoff se viu contemplada por sentimentos humanistas que a levaram a imergir em projetos com os quais ela poderia fazer parte de grandes feitos a fim humanizar a psicopedagogia e a educação especial.

Eu tinha sido convidada com outros pedagogos, psicólogos e médicos para estudar centenas de crianças, abandonadas nos centros médico-pedagógicos de Petersburgo, durante os anos da grande fome (1921-1923), enfrentando uma tarefa das mais difíceis. Era também a época das grandes epidemias de diversas espécies, e as crianças observavam regime médico muito severo. Internadas em uma espécie de hospital, pobre e mal mobiliado, com poucos livros, escasso material de jogos e trabalho manual, fomos obrigados a observá-las nessas condições desfavoráveis, para decidir seu destino, segundo o caráter de cada uma, e encaminhá-las para as 150 instituições pedagógicas, médicas e jurídicas que possuíamos". (Antipoff, 1992b, p. 38)

Nesse sentido, até os tempos atuais ainda é possível perceber as contribuições de Antipoff na área educacional, uma vez que foram desenvolvidas por ela diversas teorias e iniciativas de inclusão na esfera educacional, direcionadas à psicopedagogia dentro da educação especial. Ressaltar a trajetória de autores como Antipoff, que vivenciaram e contribuíram para a formação de conceitos e perspectivas que visavam à inclusão da psicologia dentro dos ambientes escolares se faz necessário para possibilitar a compreensão de como foi possível chegar a um cenário em que a psicopedagogia ocupa importante espaço e, atualmente, tornou-se objeto de importantes estudos direcionados ao aperfeiçoamento da educação psicopedagógica no país.

4 A PSICOPEDAGODIA DIRECIONADA AOS ALUNOS EM CONDIÇÃO HOSPITALAR

Consoante o entendimento de Farfus (2012, p.81), a atuação dos profissionais da área da pedagogia e da educação, na contemporaneidade, ultrapassa o espaço onde se encontram as escolas, e perpassam por âmbitos e esferas que vão além das salas de aulas. Segundo a autora, as necessidades educativas necessitam de visões mais abrangentes no que se refere aos seus métodos e ao seu alcance, haja vista que a indispensabilidade de uma sociedade direcionada à educação inclusiva requer o aprimoramento do sistema educacional e das práticas pedagógicas. Libâneo (2001) disserta que a pedagogia, além do espaço escolar, também se faz presente nas mais diversas esferas, entre as quais se podem mencionar a pedagogia familiar, sindical, nos meios de comunicação, hospitalar, etc. A presença de profissionais da educação nos ambientes hospitalares representa uma grande conquista para a humanidade, uma vez que

existem inúmeras crianças vítimas de doenças crônicas que precisam de tratamento médico institucionalizado durante longos períodos de tempo, intervalos em que passam internadas nos hospitais. Conforme esclarece Straub (2005), a criança que se encontra hospitalizada, principalmente nos casos de doenças fatais, apresentam altos níveis de estresse, medo e dor, além dos desconfortos advindos dos procedimentos cirúrgicos, quimioterapias e exposições à radiação (p.535). Dessa forma, a educação aplicada aos ambientes hospitalares representa também uma forma de atenuar os prejuízos advindos do afastamento social da criança, além minimizar os danos psicológicos causados pelo isolamento social a que elas são submetidos. Por conseguinte, atuar com casos que implicam tamanha responsabilidade tem sido um grande desafio para os profissionais, que precisam ser altamente qualificados e dispostos a manter um aperfeiçoamento contínuo de estratégias pedagógicas capazes de lidar com a complexidade da situação. Segundo leciona Farfus (2012, p.90), “Os atores responsáveis pela organização pedagógica serão todos aqueles que ousarem mudar, buscar o novo, e encontrar espaços para saberes ainda não descoberto”. Dessa forma, depreende-se a grande importância da atuação pedagógica hospitalar a fim de promover o exercício dos direitos humanos e sociais das crianças hospitalizadas.

Desse modo, evidenciou-se que o hospital ao contrário de que muitos pensam, é também um espaço propício para educação. É um local onde se tem mostrado um ambiente para ampla atuação do pedagogo ou professor para que se faça acompanhamento pedagógico-educacional e psicopedagógico para crianças/adolescentes em tratamento de saúde. Esse processo de acompanhamento pedagógico para educandos internados não é algo simples, pelo contrário, é tão complexa quanto nos espaços escolar, dito normal ou regular, pois o indivíduo assistido sofre diversas alterações no decorrer das aulas. Não há um modelo, um padrão a ser seguido, para que desenvolvimento pedagógico e tratamento andem juntos, pois cada público tem sua necessidade e especificidade. Portanto, percebe-se que a prática pedagógica em ambientes hospitalares exige dos profissionais envolvidos maior flexibilidade. A atuação nessas classes hospitalares requer mais dedicação, atenção e planejamento para cada especificidade, pois cada indivíduo a ser atendido tem uma dificuldade em particular. Pois, a proposta da Psicopedagogia Hospitalar posiciona-se, nestas condições, entre outros, em situação de vanguarda, desfraldando uma bandeira de luta, na busca de maiores e melhores benefícios para o escolar hospitalizado, cujo problema se estende a todas as comunidades.

5 A PEDAGOGIA SOCIAL

Como leciona Caliman (2009, p.352), a Pedagogia Social, construída sob as bases da Ciência da Educação, caracteriza-se como sendo uma ciência descritiva e normativa, que tem como principal objetivo direcionar as técnicas sociopedagógicas inerentes aos grupos ou aos indivíduos a fim de proporcionar-lhes assistência e suporte nas estruturas institucionais. Ainda segundo o autor, no Brasil, a pedagogia social deve atuar de forma crítica nos ambientes em que haja necessidade de atenuar as desigualdades sociais e promover a educação inclusiva por intermédio do assistencialismo educacional.

Conforme Torquato (2015), a pedagogia social se refere a um acervo de estratégias educacionais elaboradas com base em fundamentos que descrevam a necessidade de sistematizações não convencionais, direcionadas a desenvolver adequadamente os indivíduos e adaptá-los aos ambientes sociais. Embora haja, muitas vezes, a fusão dos conceitos da pedagogia social e educação não formal, Gonh (2010) esclarece que há diferenças nítidas entre as duas concepções. Segundo a autora, a educação social implica o escopo de preencher as lacunas sociais e de corrigir distorções e desigualdades, enquanto a educação não formal pode ser aplicada como método de aprendizagem indiscriminadamente, ou seja, não há público-alvo determinado a partir de critérios sociais.

Dessa forma, Machado (2008) menciona diversas questões que norteiam os princípios da educação e da pedagogia social, haja vista que os profissionais da área devem buscar minimizar os impactos negativos advindos de problemas comuns como desestruturação familiar, abandono, falta de atenção aos alunos portadores de necessidade especiais, falta de mecanismos capazes de capacitar os jovens para a atuação nos mercados profissionais, entre outras.

Assim, depreende-se que a pedagogia social parte dos princípios direcionados à busca pela correção das desigualdades, assim como a instituição de um sistema socioeducativo capaz de promover a inclusão e a aprendizagem. Para tanto, faz-se necessária a adoção de métodos e práticas dinâmicas e não padronizadas, que oportunizem a abrangência da educação em todas as esferas da civilização.

6 METODOLOGIA

O presente trabalho está sendo desenvolvido através de uma revisão bibliográfica. Classifica-se como qualitativa pesquisa bibliográfica e documental. Na pesquisa qualitativa pode ser definida como a que se fundamente pela não utilização de instrumentos estatísticos na análise de dados (VIEIRA; ZOUAIN, 2006). Onde visa entender, descrever e explicar os

fenômenos sociais de modos diferentes, por meios de análise de experiências individuais ou grupais (FLICK, 2009). “As técnicas qualitativas focam a experiência das pessoas e seu respectivo significado em relação a eventos, processos e estruturas inseridos em cenários sociais” (SKINNER; TAGG; HOLLOWAY, 2000). De acordo com Stake (1983) “a pesquisa qualitativa enfatiza principalmente a compreensão da singularidade e a contextualização dos fatos e eventos, e que segue complementando que esta não é uma distinção fundamental”. A distinção mais importante é a de natureza epistemológica entre as generalizações que os dois tipos de pesquisa proporcionam.

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em materiais que já foram publicados, tais como, livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos (GIL, 2010). Pode ser feita a partir de levantamentos de teorias já analisadas e publicadas. “Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto” (FONSECA, 2002).

E a pesquisa documental, utiliza os mesmos caminhos que a pesquisa bibliográfica, através do uso de dados que já foram publicados, porém a documental, utiliza de fontes mais diversificadas e dispersas, sem um tratamento analítico, que são: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

CONCLUSÃO

Ao analisar o contexto educacional em que estão inseridas as práticas da psicopedagogia, psicologia, pedagogia e inclusão social – matérias que forma uma interligação em relação aos seus propósitos e conteúdos -, pode-se inferir que o Brasil se encontra distante de atender à demanda necessária para alcançar um cenário satisfatório em relação ao tema.

Isso se reflete nas formas como ficam evidenciadas as necessidades de aprimoramento das práticas psicopedagógicas em diversos contextos educacionais e, principalmente, dentro da Educação Especial.

Nesse sentido, embora já tenham sido conquistados diversos direitos, hoje reconhecidos pela Constituição Federal de 1988 e por diversos outros tipos de legislações, ainda devem ser promovidas campanhas e orientações educacionais no âmbito da pedagogia,

que busquem a inclusão social em termos práticos, uma vez que as pessoas portadoras de necessidades especiais ainda são vítimas de conceitos e de práticas de segregação.

Ademais, para que a equidade e as ações inclusivas sejam concretizadas e solidificadas dentro da esfera educacional, tanto na educação básica quanto nos ambientes acadêmicos, faz-se necessária a adoção de mecanismos pelo Poder Público, em conjunto com o corpo de docentes em geral e com a sociedade como um todo, para que toda a população histórica e culturalmente excluídas e invisibilizadas possam ter seus direitos fundamentais e sociais garantidos na prática, assim como a recepção do tratamento e assistência adequada à sua necessidade, e o acesso a atividades inclusivas e incentivadoras, capazes de orientar e solucionar quaisquer óbices ao aprendizado e à convivência dentro dos ambientes escolares isentos de qualquer tipo de preconceito ou exclusão.

REFERÊNCIAS

ANTIPOFF, Helena. "**Étude de la personnalité par la méthode Lasursky**". L'Éducateur, vol. 62, 1992, p.38.

AZEVEDO, A. D. et alii. **Aprendendo e ensinando a lidar com deficiências na comunidade. Manual 1º e 2º fascículos**. São Paulo: s.l., 1993.

BOSSA, N. A. **A Psicopedagogia no Brasil. Contribuições a partir da prática**. 2ª Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

BOSSA, Nadia A. **Dificuldades de Aprendizagem: O que são? E como tratá-las?** 2. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

BRASIL. Leis, etc. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. São Paulo. Editora do Brasil, 1996.

CALIMAN, Geraldo. A Pedagogia Social na Itália. In: SOUZA NETO, João Clemente de; SILVA Roberto da; MOURA Rogério (org). **Pedagogia Social**. São Paulo: Ed. Expressão e arte, 2009.

CALLIGARIS, Contardo. (2000). **A adolescência**. São Paulo: PubliFolha.

CHIARELLO, Mariluce Paolazi. Dificuldades e Transtornos da Aprendizagem. *Revista Científica Multidisciplinar, Fortaleza*, v. 4, n. 4, p.102-120, abr. 2019. Disponível em: . Acesso em: 14 set. 2021.

DECLARAÇÃO de **salamanca e linha de ação sobre necessidades educacionais especiais**. Brasília: s.l., 1994.

FARFUS, Daniele. **Espaços educativos: um olhar pedagógico**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FONSECA, Vitor da. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. 2 ed. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

GALLAGHER, J. J. Planejamento da educação especial no Brasil. In:PIRES, N. (Org.). *Educação especial em foco*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1974.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e o educador social. Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e Pedagogos para Quê?* 4ª edição. São Paulo, Cortez, 2001.

MACHADO, Evelcy M. **A pedagogia social: Diálogos e fronteiras com a educação nãoformal e educação sócio-comunitária**. Revista de Ciências da educação, Americana, S.P, n.

MANTOAN, M. T. E. **Interação x Inclusão** – Educação para Todos. Pátio, n. 5, p. 49-51, 1998.

MAZZOTA, M. J. de S. **Inclusão e Integração ou chaves da Vida Humana**. In:_. Anais do Congresso ibero-americano de Educação Especial. Brasília: Editora Qualidade, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Presidente da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. 11 set 2001. **RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001**, [S. l.], 11 set. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 17 set. 2021.

OMOTE, S.; GIROTO, C. R. M. (Orgs.). **Inclusão escolar: as contribuições da Educação Especial**. São Paulo: Cultura Acadêmica-Fundepe, 2008. p. 15-32.

PONTES, Edel Alexandre Silva. **O ATO DE ENSINAR DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**. Ensaio Pedagógico, v. 2, n. 2, p. 109-115, 2018.

PONTES, Idalina Amélia Mota. **Atuação psicopedagógica no contexto escolar: manipulação, não; contribuição, sim**. Revista psicopedagogia, São Paulo, v. 27, n. 84, jan. 2010. Disponível em: . Acesso em: 3 dez. 2019.

RODRIGUES, O. M. P. R.; MARANHE, E. A. Educação Especial: História, Etiologia, Conceitos e Legislação Vigente. 1. ed. Bauru: UNESP/MEC, 2008. V.1; p-36.

RUBINSTEIN, Edith. Psicopedagogia, psicopedagogo e a construção de sua identidade: Psychopedagogy, Psychopedagogue and the construction of its identity. **Psychopedagogy, Psychopedagogue and the construction of its identity**, [S. l.], p. 1-1, 15 ago. 2017.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: o paradigma do século 21**. In: Revista de Educação Especial. Brasília, DF, v. 1, n. 1, p. 19-23, out. 2005.

SKINNER, D.; TAGG, C.; HOLLOWAY, J. **Managers and research: the pros and cons of qualitative approaches**. *Management Learning*, v. 31, n. 2, p. 163-179, 2000.

STAKE, R.E. **Pesquisa qualitativa/naturalista: problemas epistemológicos.** Educação e Seleção, n.7, jan./jun. 1983.

STRAUB, R. O. (2005). Psicologia da Saúde. (R. C. Costa, trad.). Porto Alegre: Artmed (trabalho original publicado em 2002). Disponível em: Acesso em: 17 set. 2021.

TORQUATO, Rosane Andrade; COSTA, Maria Geonilda Rodrigues; OLIVEIRA, Rodineia Dias de; GARCEZ, Rosana Marcela Walczak. PEDAGOGIA SOCIAL: O PEDAGOGO EM ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS. Educere, [S. l.], p. 21187, 20 jul. 2015.

VIEIRA, M. M. F.; ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006